

TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Relatório da Administração	49
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	51
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	52



KPMG Auditores Independentes Ltda.

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Paranaguá - Paraná**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente

Veja a Notas Explicativas nº 1 e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente é composta por pagamentos fixos e variáveis. A parcela fixa é calculada com base na metragem quadrada das áreas utilizadas e foi atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP/M) até agosto de 2021 e alterada para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a partir de setembro de 2021.</p> <p>A parcela variável é determinada por recurso a dados, tais como (i) atualização contratual (IGP/M) até agosto de 2021 e (IPCA) a partir de setembro de 2021; (ii) EVTEA (taxa de conversão de TEUs para boxes) e (iii) premissas que suportam a mensuração dos pagamentos mínimos futuros, tais como proporção de remoção e movimentação de contêineres, e movimentação mínima futura de contêineres.</p> <p>Devido ao grau de incerteza e complexidade associado às premissas utilizadas na mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, eventuais variações nas premissas utilizadas podem impactar significativamente as demonstrações financeiras. Adicionalmente, devido a relevância dos impactos na mudança do índice contratual no resultado do exercício, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) com o auxílio dos nossos especialistas de Finanças Corporativas, com base nos novos dispositivos do aditivo contratual, e das contabilizações realizadas, recalculamos a atualização inflacionária da obrigação com o poder concedente decorrente da alteração do índice contratual IGP/M para IPCA, e confrontamos com o impacto no resultado; (ii) avaliação, através de revisão de informações históricas e projeções, dos principais dados e premissas utilizados pela Companhia para estimar as movimentações mínimas futuras e a proporção entre movimentações internas e externas; (iii) avaliamos se as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no recálculo do passivo que afetaria a mensuração da obrigação com o poder concedente, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima summarizados, consideramos aceitável a mensuração subsequente da obrigação com o poder concedente, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020				
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	216.693	205.874	Fornecedores		20.001	12.649				
Contas a receber de clientes	6	75.266	55.155	Empréstimos e financiamentos	13	65.723	161.663				
Estoques		1.345	1.031	Debêntures	14	385.661	199.625				
Impostos a recuperar	7	34.584	30.056	Obrigação com o poder concedente	15	59.051	53.587				
Outros créditos	12	<u>23.043</u>	<u>19.881</u>	Imposto de renda e Contribuição social	18	7.350	-				
		<u>350.931</u>	<u>311.997</u>	Impostos e contribuições a recolher	18	6.318	2.777				
Não circulante											
Depósitos judiciais	16	4.630	5.165	Dividendos	11	101.797	-				
Impostos a recuperar	7	-	1.732	Parcelamento dos impostos - REFIS	19	1.878	1.878				
Direito de uso	9	1.155	2.504	Salários e obrigações sociais	17	31.632	28.305				
Contas a receber de clientes	6	5.634	5.634	Outras obrigações		<u>6.498</u>	<u>1.500</u>				
Imobilizado	9	1.232.350	1.260.776			<u>685.909</u>	<u>461.984</u>				
Intangível	10	<u>1.699.652</u>	<u>1.750.567</u>	Não circulante							
		<u>2.943.421</u>	<u>3.026.378</u>	Fornecedores		1.363	2.725				
Patrimônio líquido											
				Empréstimos e financiamentos	13	119.950	179.350				
				Debêntures	14	-	294.372				
				Obrigação com o poder concedente	15	1.983.280	2.247.198				
				Parcelamento dos impostos - REFIS	19	3.138	4.909				
				Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	17.899	13.752				
				Impostos diferidos	8	<u>45.692</u>	<u>11.591</u>				
						<u>2.171.322</u>	<u>2.753.897</u>				
				Patrimônio líquido							
				Capital social		109.379	109.379				
				Reservas de lucros		<u>327.742</u>	<u>13.115</u>				
						<u>437.121</u>	<u>122.494</u>				
						<u>3.294.352</u>	<u>3.338.375</u>				
		<u>3.294.352</u>	<u>3.338.375</u>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	23	961.552	754.379
Custo dos serviços prestados	24	<u>(393.534)</u>	<u>(352.427)</u>
Lucro bruto		<u>568.018</u>	<u>401.952</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	24	(933)	(735)
Despesas gerais e administrativas	24	(55.662)	(57.994)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	24	(1.095)	(660)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	<u>28.833</u>	<u>26.946</u>
		<u>(28.857)</u>	<u>(32.443)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>539.161</u>	<u>369.509</u>
Receitas financeiras	25	668.265	7.357
Despesas financeiras	25	<u>(577.394)</u>	<u>(524.085)</u>
Resultado financeiro	25	<u>90.871</u>	<u>(516.728)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>630.032</u>	<u>(147.219)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(179.507)	5.798
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	<u>(34.101)</u>	<u>44.576</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>416.424</u>	<u>(96.845)</u>
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído, por ação – R\$	22	<u>51,30</u>	<u>(11,93)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	416.424	(96.845)
Outros resultados abrangentes	_____ -	_____ -
Resultado abrangente total	416.424	(96.845)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	109.379	12.639	86.118	-	208.136
Reversão de dividendos	-	-	11.203	-	11.203
Prejuízo do exercício	-	-	-	(96.845)	(96.845)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(96.845)	96.845	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	109.379	12.639	476	-	122.494
Lucro líquido do exercício	-	-	-	416.424	416.424
Dividendo mínimo proposto	-	-	-	(101.797)	(101.797)
Constituição de reserva legal	-	9.236	-	(9.236)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	305.391	(305.391)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	109.379	21.875	305.867	-	437.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	416.424	(96.845)
Ajustes de:		
Depreciações	64.521	67.256
Amortizações	66.833	67.759
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	24.040	2.617
Provisão juros sobre empréstimos	11.770	17.853
Provisão juros sobre mútuo	-	119
Provisão juros debêntures	87.783	59.214
Provisão juros arrendamento	50	89
Amortização custo de captação debêntures	6.313	6.313
Provisão juros contrato de exploração	467.169	437.433
Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente	(655.333)	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	1.095	660
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.147	5.083
Recuperação de créditos tributários	(11.408)	(11.037)
Imposto de renda e contribuição social corrente	179.507	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	34.101	(44.576)
	697.012	511.938
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(21.206)	(969)
Estoques	(314)	(329)
Outros créditos	(3.162)	11.017
Impostos a recuperar	6.880	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.267	(1.955)
Fornecedores	1.520	(18.823)
Impostos e contribuições a recolher	2.087	410
Outros passivos circulantes e não circulantes	6.554	5.307
	691.638	506.596
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Impostos sobre o lucro pagos	(170.703)	(1.003)
	520.935	505.593
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de intangível	(13.724)	(16.190)
Adições de imobilizado	(55.659)	(31.384)
	(69.383)	(47.574)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	-	94.600
Pagamentos de empréstimos (principal)	(154.281)	(247.500)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos	(11.402)	(22.269)
Amortização debêntures (principal)	(128.414)	-
Pagamentos de juros sobre debêntures	(74.018)	(37.829)
Pagamentos de arrendamento	(2.328)	(5.407)
Pagamentos contrato de exploração	(70.290)	(59.167)
Dividendos pagos	-	(88.278)
Pagamento de mútuo	-	(3.314)
	(440.733)	(369.164)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
	10.819	88.855
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	205.874	117.019
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	216.693	205.874
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.819	88.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas (1)	1.041.386	813.401
Venda de mercadorias, produtos e serviços	980.629	610.404
Outras receitas	69.378	213.515
Comissões e descontos	(7.526)	(9.858)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(1.095)	(660)
Insuimos adquiridos de terceiros (2)	(197.100)	(156.523)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(74.124)	(66.329)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(122.976)	(90.194)
Outras	-	-
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	844.286	656.878
Depreciação e amortização (4)	(131.354)	(135.015)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)	712.932	521.863
Valor adicionado recebido em transferências (6)	697.098	34.303
Receitas financeiras	668.265	7.357
Outras	28.833	26.946
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	1.410.030	556.166
Distribuição do valor adicionado	1.410.030	556.166
Pessoal	121.656	119.583
Remuneração direta	93.418	87.290
Benefícios	23.144	27.888
F.G.T.S.	5.094	4.405
Impostos, taxas e contribuições	294.556	9.344
Federais	227.212	27.434
Impostos diferidos	34.101	(44.576)
Estaduais	19	36
Municipais	33.224	26.450
Remuneração de capitais de terceiros	577.394	524.084
Juros e custo das debêntures	571.988	519.791
Variações cambiais	232	62
Outras	5.174	4.231
Remuneração de capitais próprios	416.424	(96.845)
(Prejuízo) lucros retidos do período	416.424	(96.845)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato.

O contrato de exploração do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2021 e 2020.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia.

A Companhia possui uma equipe dedicada para gestão e controle do fluxo de caixa, considerando todas as especificidades em recebimentos (inadimplência, temporada de renovação de contratos, distribuição de inadimplência ao longo do ano e projeção de perdas esperadas), pagamentos (OPEX, CAPEX, folha de pagamento de colaboradores, fornecedores, outorgas e taxas) e controle de dívidas (cálculo de juros, projeções, repagamentos, comportamento dos índices, controle de covenants, etc.).

A qualquer sinal de incapacidade de honrar com os compromissos, a alta administração da Companhia é acionada e a equipe de gestão de caixa elabora um plano de ação de redução de custo, renegociação de dívidas ou novos financiamentos.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações conforme os cronogramas de vencimentos divulgados nas notas explicativas 13, 14 e 15.

A Companhia reconheceu um lucro de R\$ 416.424 no exercício e, em decorrência da característica do negócio apresentou Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 334.978 (R\$ 149.987 em 2020). No mesmo exercício a Companhia gerou fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 520.935 (R\$ 505.593 em 2020) e lucro antes das receitas e despesas financeiras de R\$ 539.161 (R\$ 369.509 em 2020).

Considerando este cenário e o papel estratégico da Companhia, a Administração analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Norma Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas vigentes em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 18 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita de contratos

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflete a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 / IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

a. *Prestação de serviços*

A Companhia está envolvida na exploração de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente, mediante supervisão do poder concedente.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenagem, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Provisões de receitas

As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou

passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando:

Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Programa de Integração Social - PIS: 1,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 4% sobre Serviços de Armazenagem e 3% sobre os demais serviços de Operação Portuária.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma

queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais e monetários são atualizados até a data do balanço, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.7 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do

correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos não financeiros.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13 Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão e para a tomada de decisões.

2.14 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, por ser uma demonstração prevista e obrigatória para Companhias listadas no Brasil.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com o poder concedente

Na mensuração da obrigação com o poder concedente a Companhia utiliza premissas para estimar a movimentação mínima futura de containeres e a proporção de remoção e movimentação de containeres. As principais premissas utilizadas nestas estimativas estão descritas abaixo:

Movimentação mínima futura: É estimada pela Companhia com base nas projeções de budget, que consideram, entre outros, contratos vigentes, contratos em renovação e fontes externas.

Proporção de remoção e movimentação de containeres: É estimada pela Companhia com base nos históricos destas operações.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	2.300	3.653
Aplicações financeiras		
Banco Santander	14.803	35.154
Banco Itau	21.593	72.951
Banco Bradesco	26.955	16.483
Banco Paraná	32.653	11.054
Caixa Econômica Federal	6.237	6.009
Banco CCB	26.846	15.343
Bank of China	-	35.157
Banco BTG	10.157	-
Banco Safra	33.627	-
Banco XP Investimento	31.055	-
Banco ICBC	10.467	10.070
	<hr/>	<hr/>
	216.693	205.874

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 97,5% a 106% em 31 de dezembro de 2021 (90% a 106% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

6 Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	44.406	45.657
Serviços prestados e não faturados	39.105	16.648
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(2.611)	(1.516)
	<hr/>	<hr/>
	80.900	60.789
 Circulante	 75.266	 55.155
Não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2021 os 5 principais clientes representam em torno de 45% (45% em 31 de dezembro de 2020) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	70.779	49.857
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.104	2.566
De 31 a 90 dias	894	401
De 91 a 180 dias	755	396
Acima de 180 dias	<u>8.979</u>	<u>9.085</u>
 Total	 <u>83.511</u>	 <u>62.305</u>

Os valores apresentados na provisão para perda por redução ao valor recuperável representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 2.611 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.516 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(1.516)	(856)
Constituição de provisão	(1.375)	(837)
Reversão de provisão	<u>280</u>	<u>177</u>
 Saldo no final do exercício	 <u>(2.611)</u>	 <u>(1.516)</u>

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante no valor de R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.634 em 2020), estão em fase de cobrança judicial.

7 Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão IR s/aplicações	1.989	1.116
INSS a recuperar	904	904
ISS a recuperar	-	1.732
IRPJ e CSLL a recuperar ⁽ⁱ⁾	4.142	5.585
Pis a compensar ⁽ⁱⁱ⁾	4.945	4.013
Cofins a compensar ⁽ⁱⁱ⁾	<u>22.604</u>	<u>18.438</u>
 Saldo no final do exercício	 <u>34.584</u>	 <u>31.788</u>
Parcela no circulante	34.584	30.056
Parcela no não circulante	-	1.732

(i) Referem-se à créditos tributários recuperados no primeiro trimestre de 2020.

(ii) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de PIS/Cofins totalizava o montante de R\$ 27.549 dos quais R\$ 11.408 referem-se a créditos extemporâneos e R\$ 16.141 a créditos correntes do exercício. Os créditos foram apurados utilizando como base a ampliação do conceito de insumos e os critérios de essencialidade e relevância e considerou operações dos exercícios de 2015 a 2019. Os créditos foram mensurados com o suporte de especialistas de forma que, somente

foram considerados créditos em que existe posicionamento favorável e reconhecimento expresso da própria Receita Federal do Brasil formalizada em Solução de Consulta em casos idênticos.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre o prejuízo fiscal e as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda esperada). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.113	13.752
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	2.611	1.515
Provisão Bonus	4.764	-
Outras diferenças temporárias	4.285	3.960
Prejuízo fiscal	<u>164.480</u>	<u>248.267</u>
	<u>199.253</u>	<u>267.494</u>
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido ativo	<u>67.746</u>	<u>90.948</u>
Amortização fiscal do ágio	(131.295)	(136.199)
Juros capitalizados	(29.439)	(31.419)
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	<u>(172.907)</u>	<u>(133.968)</u>
	<u>(333.641)</u>	<u>(301.586)</u>
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido passivo	<u>(113.438)</u>	<u>(102.539)</u>
Total líquido	<u>(45.692)</u>	<u>(11.591)</u>

b. Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	630.032	630.032	(147.219)	(147.219)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(157.508)	(56.703)	36.805	13.250
Adições permanentes	(188)	(68)	(83)	(30)
Diferença de alíquota	18	-	18	-
Incentivos fiscais	983	-	-	-
Outros	(106)	(36)	44	370
Total de tributos lançados ao resultado	(156.801)	(56.807)	36.784	13.590
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Tributos correntes	(131.727)	(47.780)	4.007	1.791
Tributos diferidos	(25.074)	(9.027)	32.777	11.799

9 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

Vida útil	30 a 45 anos	5 a 15 anos	10 anos	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos	Peças para reposição e outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de processamento de dados	Veículos					
Custo										
Saldo em 31/12/2019	1.187.846	409.955	4.932	31.584	1.551	21.388	8.765	6.831	1.672.852	
Aquisições	13.314	12.002	223	1.565	-	-	3.624	5.516	36.244	
Baixas	(315)	(3.926)	-	-	(589)	(210)	(4.893)	(14)	(9.947)	
Transferências	1.520	1.597	(20)	-	-	(5)	-	(3.092)	-	
Saldo em 31/12/2020	<u>1.202.365</u>	<u>419.628</u>	<u>5.135</u>	<u>33.149</u>	<u>962</u>	<u>21.173</u>	<u>7.496</u>	<u>9.241</u>	<u>1.699.149</u>	
Aquisições	12.269	13.220	54	3.970	119	21.707	2.380	5.075	58.794	
Baixas	(515)	(9.424)	(1.687)	(5.215)	(246)	(19.911)	(5.531)	-	(42.529)	
Transferências	(370)	26	-	-	-	-	-	344	-	
Saldo em 31/12/2021	<u>1.213.749</u>	<u>423.450</u>	<u>3.502</u>	<u>31.904</u>	<u>835</u>	<u>22.969</u>	<u>4.345</u>	<u>14.660</u>	<u>1.715.414</u>	
Depreciação										
Saldo em 31/12/2019	(159.613)	(191.149)	(3.072)	(16.553)	(1.291)	(27)	(4.237)	-	(375.942)	
Depreciação	(33.614)	(23.094)	(370)	(4.513)	(18)	-	(5.648)	-	(67.256)	
Baixas	267	1.823	-	-	347	-	4.893	-	7.330	
Saldo em 31/12/2020	<u>(192.960)</u>	<u>(212.420)</u>	<u>(3.442)</u>	<u>(21.066)</u>	<u>(962)</u>	<u>(27)</u>	<u>(4.992)</u>	<u>-</u>	<u>(435.869)</u>	
Depreciação	(34.192)	(23.681)	(373)	(4.089)	-	-	(2.186)	-	(64.521)	
Baixas	529	7.000	1.549	5.169	246	-	3.988	-	18.481	
Saldo em 31/12/2021	<u>(226.623)</u>	<u>(229.101)</u>	<u>(2.266)</u>	<u>(19.986)</u>	<u>(716)</u>	<u>(27)</u>	<u>(3.190)</u>	<u>-</u>	<u>(481.909)</u>	
Saldo em 31/12/2021	<u>987.126</u>	<u>194.349</u>	<u>1.236</u>	<u>11.918</u>	<u>119</u>	<u>22.942</u>	<u>1.155</u>	<u>14.660</u>	<u>1.233.505</u>	
Saldo em 31/12/2020	<u>1.009.405</u>	<u>207.208</u>	<u>1.693</u>	<u>12.083</u>	<u>-</u>	<u>21.146</u>	<u>2.504</u>	<u>9.241</u>	<u>1.263.280</u>	

	Taxa média anual - %
<i>Edificações e instalações</i>	2,34%
<i>Equipamentos</i>	2,85%

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de exploração e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

10 Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	Total
	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Direito de exploração	Ágio	
Custo					
Saldo em 31/12/2019	119.377	6.027	2.112.411	159.503	2.397.318
Aquisições	16.629	-	-	-	16.629
Saldo em 31/12/2020	136.006	6.027	2.112.411	159.503	2.413.947
Aquisições	15.910	-	-	-	15.910
Baixas	(2)	-	-	-	(2)
Saldo em 31/12/2021	151.914	6.027	2.112.411	159.503	2.429.855
Amortização					
Saldo em 31/12/2019	(70.488)	(3.060)	(503.668)	(18.405)	(595.621)
Amortização	(20.641)	(220)	(41.991)	(4.907)	(67.759)
Saldo em 31/12/2020	(91.129)	(3.280)	(545.659)	(23.312)	(663.380)
Amortização	(19.619)	(215)	(42.091)	(4.908)	(66.833)
Baixas	10	-	-	-	10
Saldo em 31/12/2021	(110.738)	(3.495)	(587.750)	(28.220)	(730.203)
Saldo em 31/12/2021	41.176	2.532	1.524.661	131.283	1.699.652
Saldo em 31/12/2020	44.877	2.747	1.566.752	136.191	1.750.567

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração (incluindo o Ágio) quando aplicável são amortizados com base no prazo do contrato.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos exercícios apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

11 Partes relacionadas

	<u>Passivo - Dividendos a Pagar</u>	
	31/12/2021	31/12/2020
TCP Participações (a)	101.797	-

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 8.647, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Foram registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração no valor de R\$ 5.566 (R\$ 7.705 em 31 de dezembro de 2020). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos administradores da Companhia.

12 Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos fornecedores	2.932	2.733
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	17.461	7.816
Seguros	1.665	8.981
Outros créditos	985	351
	23.043	19.881

(i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas. Em 2021, foram recebidos R\$ 4.204 (R\$ 17.235 em 31 de dezembro de 2020).

13 Empréstimos e financiamentos

	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,25%	184.665	338.578
Arrendamento	8,76%	1.008	2.435
		185.673	341.013
Parcela no circulante		65.723	161.663
Parcela no não circulante		119.950	179.350

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$).

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2023	59.975
2024	59.975
Total	119.950

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	341.013	500.023
Captação empréstimos	-	98.224
Pagamentos de empréstimos (principal)	(154.281)	(247.500)
Provisão juros sobre empréstimos	11.770	17.853
Contrato arrendamento IFRS16	851	-
Provisão juros arrendamento	50	89
(-) Pagamentos de arrendamento (principal)	(2.328)	(5.407)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos (i)	(11.402)	(22.269)
Saldo final	185.673	341.013

(i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos (exceto os mencionados abaixo) são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)
Ajustado: igual ou inferior a 3;

- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2;

- Patrimônio líquido não inferior a R\$ 100 milhões; e

- Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio (JSCP) não devem superar o pagamento mínimo obrigatório.

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício anterior, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de covenants desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos

14 Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de exploração em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 1 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	31/12/21	31/12/20
Debêntures 1ª série	CDI +3,40%	16,16%a.a.	100.000	100.000
Custo captação			(2.657)	(2.657)
Juros e custos apropriados			22.101	22.101
Juros pagos			(19.444)	(19.444)
Amortização			(100.000)	(100.000)
Debêntures 2ª série	CDI +3,90%	15,74%a.a.	60.095	60.095
Custo captação			(1.800)	(1.800)
Juros e custos apropriados			13.950	13.950
Juros pagos			(12.150)	(12.150)
Amortização			(60.095)	(60.095)
Debêntures 3ª série	IPCA +7,82%	14,66%a.a.	428.047	428.047
Custo captação			(37.876)	(37.876)
Juros e custos apropriados			339.931	245.835
Juros pagos			(216.027)	(142.009)
Amortização			(128.414)	
Total Captado			588.142	588.142
Total custo de captação			(42.333)	(42.333)
Total líquido captado			545.809	545.809
Total juros e custos apropriados			375.982	281.886
Juros pagos			(247.621)	(173.603)
Amortização			(288.509)	(160.095)
Saldo líquido atual			<u>385.661</u>	<u>493.997</u>
Passivo circulante			385.661	199.625
Passivo não circulante			-	294.372

Os covenants vinculados as debêntures são medidos com periodicidade trimestral, com base nas informações financeiras combinadas da Companhia e sua coligada TCP Log S.A., e estão demonstrados a seguir:

- Caixa Mínimo Livre: igual ou superior a R\$ 50.000;
- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization):
 - (i) Igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
 - (ii) Igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:
 - (i) Igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 30 de junho de 2018; ou
 - (ii) Igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

A movimentação das debêntures está apresentada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	493.997	466.299
Provisão juros debêntures	87.783	59.214
Amortização debêntures	(128.414)	-
Pagamento de juros debêntures ⁽ⁱ⁾	(74.018)	(37.829)
Amortização custo de captação debêntures	<u>6.313</u>	<u>6.313</u>
Saldo ao final do período	385.661	493.997

(i) Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

15 Obrigações com o poder concedente

a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela exploração. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m² de retroárea, totalizando 487 mil m² e (iii) construção de dolphins perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao Contrato que prorrogou o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 31 de dezembro de 2018 para 24 de novembro de 2019. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11º Aditivo ao Contrato para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e temos do Contrato e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e recolocações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

Em 9 de setembro de 2021, a Companhia e a Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”) celebraram o 12º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento Portuário nº 020/1998 onde ficou acordado a alteração do índice de correção inflacionário da parcela fixa e variável da remuneração devida pela Companhia à APPA pelo direito de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá (“Remuneração”).

Na nova redação, ficou acordado que a remuneração passa a ser ajustada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), em substituição do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tendo seus efeitos a partir da data base de reajuste de novembro de 2019. Tal substituição se deve ao fato de que o índice IPCA passou a ser o índice utilizado nos novos contratos de arrendamento conforme disposto no Art. 23 da Resolução Antaq nº3.320, de 08 de janeiro de 2014, com isso, a Companhia passa a refletir a variação monetária mais próxima do que já é praticado pelo mercado e com menor risco de volatilidade.

Com base no IFRS 9 (CPC 48), a Companhia determinou que a mudança do índice inflacionário representou mudança significativa nos termos do contrato original. Consequentemente a Companhia desreconheceu o passivo original e reconheceu o novo passivo ao seu valor justo.

Na mensuração do valor justo da nova dívida, a Companhia considerou os termos específicos deste contrato de forma que não foram identificadas diferenças entre o valor justo e o valor nominal da nova dívida. Os termos considerados foram: (a) a dívida não detém um mercado ativo, (b) não pode ser negociada com terceiros e (c) as taxas e condições são substancialmente menores que as de mercado. Sendo assim, o valor nominal e o valor justo da nova dívida são identicos.

O efeito líquido do desreconhecimento da dívida original e reconhecimento da dívida nova totalizou R\$ 655.333 registrado no resultado financeiro do período em ‘Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 24)’.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas fixas	462.313	532.546
Parcelas variáveis (movimentação mínima obrigatória)	<u>1.580.018</u>	<u>1.768.239</u>
Total	<u>2.042.331</u>	<u>2.300.785</u>
Parcela no circulante	59.051	53.587
Parcela no não circulante	1.983.280	2.247.198

A movimentação da obrigação da com o poder concedente está apresentada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	2.300.785	1.922.519
Pagamentos contratuais	(70.290)	(59.167)
Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 24)	(655.333)	-
Provisão juros	<u>467.169</u>	<u>437.433</u>
Saldo ao final do exercício	2.042.331	2.300.785

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação com o poder concedente, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2023	59.051
2024	60.562
2025	60.562
2026	60.562
2027	60.562
2028 a 2032	301.131
2033 a 2037	343.386
2038 a 2042	404.859
2043 a 2047	459.820
2048	<u>172.785</u>
Total	<u>1.983.280</u>

b. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do intangível relativo à exploração (vide nota 10) é de R\$ 1.524.661 sendo R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 587.750 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativo ao direito de exploração, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 42.091 (R\$ 41.991 em 31 de dezembro de 2020), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2021
Trabalhistas	13.098	4.562	(415)	-	17.245
Cíveis	<u>654</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>654</u>
	<u>13.752</u>	<u>4.562</u>	<u>(415)</u>	<u>-</u>	<u>17.899</u>
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2020
Tributárias	1.824	1	-	(1.825)	-
Trabalhistas	6.839	5.104	(96)	1.251	13.098
Cíveis	<u>6</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>574</u>	<u>654</u>
	<u>8.669</u>	<u>5.179</u>	<u>(96)</u>	<u>-</u>	<u>13.752</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 181.920 (R\$ 169.548 em 31 de dezembro de 2020), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	152.534	144.868
Trabalhistas	17.319	15.555
Cíveis	11.009	7.987
Outras	<u>1.058</u>	<u>1.138</u>
	<u>181.920</u>	<u>169.548</u>

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal nº 5013752-24.2018.4.04.7000, que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Exploração (exercício sociais de 2009 a 2012, no valor de R\$ 164.615) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011, no valor de R\$ 5.369). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Exploração possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Trabalhista	3.564	205	(740)	3.029
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	<u>5.165</u>	<u>205</u>	<u>(740)</u>	<u>4.630</u>

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Trabalhista	3.542	115	(93)	3.564
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	<u>5.143</u>	<u>115</u>	<u>(93)</u>	<u>5.165</u>

17 Salários e obrigações sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de bônus	9.354	9.551
Salários a pagar	4.718	3.499
Provisão de férias e 13º	8.244	7.077
Outras obrigações trabalhistas (encargos sociais e provisão reajuste salarial)	<u>9.316</u>	<u>8.178</u>
	31.632	28.305

18 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição social	2.345	-
Imposto de renda	5.005	-
	<u>7.350</u>	<u>-</u>
ISS	2.860	2.357
PIS e COFINS	3.162	-
Outros impostos a recolher	296	420
	<u>6.318</u>	<u>2.777</u>

19 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	<u>3.138</u>	<u>4.909</u>
	<u>5.016</u>	<u>6.787</u>

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2020	Atualização monetária	Amortizações	31/12/2021
REFIS	6.787	1.600	(3.371)	5.016
As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:				
Ano				Saldo
2023				1.878
2024				<u>1.260</u>
Total				<u>3.138</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social autorizado é de R\$ 109.379 (R\$ 109.379 em 31 de dezembro de 2020), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia constituiu o valor de R\$ 9.236 de reserva legal sobre o lucro do exercício de R\$ 416.424, visto que o limite de 20% do capital social foi atingido.

c. Dividendos / destinação do lucro

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 416.424 (prejuízo líquido de R\$ 96.845 em 2020), gerando dividendos mínimos para o exercício findo em 2021 de R\$ 101.797 (R\$ 0 em 2020).

21 Instrumentos financeiros e riscos de mercado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)
Ativos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	216.693	216.693	-	205.874	205.874	-
Contas a receber de clientes	80.900	-	80.900	60.789	-	60.789
	<u>297.593</u>	<u>216.693</u>	<u>80.900</u>	<u>266.663</u>	<u>205.874</u>	<u>60.789</u>
Passivos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Fornecedores	(21.364)	-	(21.364)	(15.374)	-	(15.374)
Empréstimos e financiamentos	(185.673)	-	(181.922)	(341.013)	-	(341.013)
Debêntures	(385.661)	-	(389.251)	(493.997)	-	(493.997)
Obrigação com o poder concedente	(2.042.331)	-	(2.042.331)	(2.300.785)	-	(2.300.785)
	<u>(2.635.029)</u>	<u>-</u>	<u>(2.634.868)</u>	<u>(3.151.169)</u>	<u>-</u>	<u>(3.151.169)</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado (veja (c));
- Risco de crédito (veja (d));
- Risco regulatório (veja (e)); e
- Risco de liquidez (veja (f)).

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos cenários de apreciação de 25% e 50%, e preparada uma

análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Fator de risco	Risco	31/12/2021	Saldo <u>Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)</u>	
			Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Ativos (a)				
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	(214.393)	4.958	9.916
Passivo (p)				
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	184.665	(4.270)	(8.541)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	<u>385.661</u>	<u>(9.815)</u>	<u>(19.630)</u>
Posição líquida (p)-(a)		<u><u>355.933</u></u>	<u><u>(9.127)</u></u>	<u><u>(18.255)</u></u>
Taxas de CDI utilizada - %		9,25%	11,56%	13,88%
Taxas de IPCA utilizada - %		10,18%	12,73%	15,27%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são como segue. O valor contábil se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	216.693	205.874
Contas a receber de clientes (nota 6)	<u>80.900</u>	<u>60.789</u>
	<u><u>297.593</u></u>	<u><u>266.663</u></u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	21.364	15.374
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	185.673	341.013
Debêntures (nota 14)	385.661	493.997
Obrigação com o poder concedente (Nota 15)	<u>2.042.331</u>	<u>2.300.785</u>
	<u><u>2.635.029</u></u>	<u><u>3.151.169</u></u>

d. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente

com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

e. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

f. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para enfocar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de dezembro de 2021					
Obrigação com o poder concedente (nota 15)	59.051	119.613	181.686	1.681.981	2.042.331
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	65.723	119.950	-	-	185.673
Debêntures (nota 14)	385.661	-	-	-	385.661
Fornecedores	20.001	1.363	-	-	21.364
Em 31 de dezembro de 2020					
Obrigação com o poder concedente (nota 15)	53.587	128.352	131.612	1.987.234	2.300.785
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	161.663	59.783	119.567	-	341.013
Debêntures (nota 14)	199.625	294.372	-	-	493.997
Fornecedores	12.649	2.725	-	-	15.374

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A

Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	185.673	341.013
Debêntures (nota 14)	385.661	493.997
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	<u>(216.693)</u>	<u>(205.874)</u>
 Dívida líquida	 <u>354.641</u>	 <u>629.136</u>
 Patrimônio líquido (nota 20)	 <u>437.121</u>	 <u>122.494</u>
 Patrimônio líquido e dívida líquida	 <u>791.762</u>	 <u>751.630</u>
 Quociente de alavancagem	 45%	 84%

22 Lucro líquido (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	416.424	(96.845)
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
 Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído (R\$)	 <u>51,30</u>	 <u>(11,93)</u>

23 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 2021 e 2020:

31/12/2021	31/12/2020
------------	------------

Operações de cais	493.924	438.884
Armazenagem	261.543	174.302
Receitas de pátio	225.162	146.241
Outros	69.378	67.274
 Total da receita bruta	 1.050.007	 826.701
 Deduções da receita:		
Impostos federais	(47.705)	(33.232)
Impostos municipais	(33.224)	(26.450)
Descontos	(7.526)	(9.858)
Cancelamento de serviços prestados	-	(2.782)
 Total das deduções	 (88.455)	 72.322
 Receita líquida de vendas	 961.552	 754.379

24 Despesas operacionais por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados	(393.534)	(352.427)
Despesas com vendas	(933)	(735)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(1.095)	(660)
Despesas administrativas	<u>(55.662)</u>	<u>(57.994)</u>
 Total das despesas	 <u>(451.224)</u>	 <u>(411.816)</u>
 Despesas por natureza:		
Custos operacionais (INFRAMAR, OGMO, Transporte e Agenciamento de carga)	(74.143)	(66.365)
Despesas gerais	(30.132)	(29.151)
Amortizações e depreciações	(131.354)	(135.015)
Despesas com pessoal	(121.656)	(119.583)
Despesas com combustível	(25.660)	(12.518)
Despesas com manutenção	(20.864)	(21.058)
Energia elétrica	(46.320)	(27.466)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	<u>(1.095)</u>	<u>(660)</u>
 Total das despesas	 <u>(451.224)</u>	 <u>(411.816)</u>

25 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		

Encargos sobre o contrato de exploração	(466.552)	(436.856)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(295)	(847)
Juros s/empréstimos	(11.770)	(17.010)
Juros s/mútuo	-	(119)
Juros s/ debêntures	(87.783)	(59.215)
Variação cambial / monetária	(232)	(62)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(589)	(204)
Custo das debêntures e empréstimos	(6.313)	(7.156)
Juros leasing	(171)	(279)
Outras	(3.689)	(2.337)
 Total	 (577.394)	 (524.085)
 Receitas financeiras		
Aplicação financeira	12.332	4.044
Variação cambial ativa	230	2.200
Juros recebidos	113	59
Resultado líquido da mudança nos termos do contrato com o poder concedente (nota 14)	655.333	-
Variação sobre o contrato da exploração	-	769
Outras	257	285
 Total	 668.265	 7.357
 Resultado financeiro líquido	 90.871	 (516.728)

26 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de despesas (PIS/COFINS) (1)	34.109	37.364
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(9.361)	(5.083)
Crédito PIS COFINS (2)	11.408	521
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(1.522)	(258)
Baixa crédito ISS	(1.732)	-
Baixa de ativo imobilizado	(2.336)	(1.861)
Outras	12	263
Acordo trabalhadores avulsos	(1.745)	(4.000)
 Total	 28.833	 26.946

- (1) Créditos de Pis e Cofins tomados no exercício corrente e anterior referentes a gastos relacionados a insumos na prestação do serviço (energia elétrica, depreciação, manutenção, combustíveis,) ou insumos por imposição legal (INFRAMAR, obrigação com poder concedente, seguro de operador portuário).
- (2) No exercício de 2020 a Companhia realizou levantamento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre INFRAMAR e seguro operador portuário nos últimos 5 anos. As análises se basearam na possibilidade de a Companhia ter direito aos créditos de acordo com Parecer Normativo e similaridade com despesa de aluguel no caso da INFRAMAR e despesa obrigatória por lei para a operacionalidade da natureza do negócio no caso do seguro de operador portuário.

27 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Direito de Exploração do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao contrato. O seguro possui valor de

até US\$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Direito de Exploração nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$22,6 milhões para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 210 milhões, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

28 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- Aquisição de ativos intangíveis à prazo no montante de R\$ 2.186 (R\$ 439 em 31 de dezembro de 2020);
- Aquisição de ativos imobilizados à prazo no montante de R\$ 2.284 (R\$ 1.236 em 31 de dezembro de 2020);
- Reconhecimento de créditos tributário, líquidos no montante de R\$ 11.408 (R\$ 11.037 em 31 de dezembro de 2020) com contrapartida no resultado; e
- Pelo Imobilizado houve uma adição de leasing R\$ 851;

29 Impactos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a disseminação do surto, e a atual capacidade de geração de caixa, a projeção de receita e do fluxo de caixa operacional para o ano de 2021 não foi impactada significativamente.

A Companhia registrou mudanças no mix de cargas no ano de 2021, com relação direta aos impactos do Coronavírus na economia global e nacional, as importações foram impactadas

positivamente pela retomada parcial da atividade industrial, as exportações entretanto, mesmo com a manutenção da taxa cambial em patamares elevados, sofreram com a falta de espaço em navios e aumento do custo do frete marítimo. Por outro lado, a Companhia registrou recorde de volume no mês de agosto de 2021, enfrentando de forma positiva os efeitos macro econômicos, amparada pelas operações logísticas fornecidas aos clientes com foco em reduções de custo da cadeia logística.

O volume de contêineres cheios movimentado pela Companhia apresentou aumento de 5,9% quando comparado ao acumulado do ano anterior. Incluindo a movimentação de contêineres vazios, transbordos e remoções, o volume total movimentado cresceu 12,0% quando comparado ao ano de 2020.

Além disso a Companhia enfrentou desafios operacionais decorrentes de limitações de mão de obra em função de afastamento de colaboradores, acarretando custos extras. A Companhia atua de forma resiliente durante o momento de crise, porém não medindo esforços no que se diz a respeito da garantia de saúde e bem estar dos colaboradores, atendendo a todas as medidas sanitárias previstas e não previstas pela legislação pertinente.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.



Relatório da Administração 2021

Paranaguá, 18 de março de 2022.

Senhores Acionistas,

A administração da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A (“Companhia”) em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, que foi devidamente conferido e aprovado por esta Diretoria.

Em 2021 a Companhia apesar da crise de falta de contêineres que atingiu todos os principais portos do mundo, a TCP continuou aumentando a capacidade de movimentação, investindo em pessoas e equipamentos. Também viabilizamos mais rotas marítimas em Paranaguá, oferecendo opções competitivas para importadores e exportadores.

No aspecto operacional, a TCP movimentou 1.101.413 TEUS (Twenty-foot equivalent unit) em 2021, um aumento de 12% em relação a 2020. Esse crescimento foi possível, mesmo em um cenário desafiador para o setor portuário e incertezas econômicas decorrentes da pandemia da covid-19. O aumento das operações se deve ao crescimento no número de importações, 21% superior ao ano anterior. Os segmentos de mercado nessa frente foram bens de consumo e eletrônicos, e o setor automotivo, que apresentou uma recuperação e movimentou 20.213 TEUs a mais que em 2020. As exportações de contêineres seguiram em linha com 2020, movimentando 401.166 TEUs no ano, e são encabeçadas pelas commodities, principalmente carnes e congelados, segmento em que o Terminal é líder.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício de 2021, a Receita Líquida foi de R\$ 961,6 milhões, valor 27% maior que o exercício do ano anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 754,4 milhões.

O EBITDA Ajustado da Companhia em 2021 obteve um aumento de 32,8%, chegando ao valor de R\$ 608,9 milhões, contra R\$ 458,4 milhões do ano anterior.

Os gestores da Companhia estão atentos aos custos envolvidos na operação, sempre buscando as melhores oportunidades para obter o melhor resultado, sendo que os custos e despesas operacionais líquidas no ano de 2021 totalizaram R\$ 451,2 milhões, contra R\$ 411,8 milhões no exercício de 2020. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos.

Em 2021 foi alterado o índice de reajuste do contrato de exploração do Terminal passando do IGP-M (índice geral de preços do mercado) para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao consumidor amplo), visto ser o IPCA o índice que deve ser adotado em regra nos contratos de arrendamento portuário de acordo com a Resolução 3.220 de 2014 da ANTAQ.

O efeito de tal mudança de índice levando-se em conta o período de novembro de 2019 até agosto de 2021, data da celebração, foi uma recuperação de R\$655.332.827,80. Com base no IFRS9, a companhia avaliou e julgou que a mudança representou uma mudança relevante nos termos do contrato e esse valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras como redução do passivo com o Poder Concedente em contrapartida de uma receita com recuperação financeira nas demonstrações de resultados.

O resultado líquido positivo em 2021 foi de R\$ 416,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 96,8 milhões no ano de 2020, sendo que o resultado financeiro líquido no exercício foi de R\$ 90,9 milhões positivo, contra R\$ 516,7 milhões negativo no exercício de 2020, sendo impactado diretamente pela alteração do índice de reajuste do contrato de exploração do Terminal de IGP-M para IPCA.

A dívida bruta totalizou em 2021 R\$ 571,3 milhões, contra R\$ 835,0 milhões em 2020. A posição de caixa da Companhia no exercício foi a R\$ 216,7 milhões contra R\$ 205,9 milhões, no exercício de 2020.

Ainda sobre o aspecto operacional o MPH (Movimento por Hora Navio) médio foi de 74 em 2021 (79 em 2020).

Atenciosamente,

Haisheng Shi
Diretor Presidente

Shenglan Yao
Diretora Financeira

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, elaboradas pela Administração da Companhia.

Curitiba, 18 de março de 2022.

Haisheng Shi
Diretor Presidente

Shenglan Yao
Diretora Financeira

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba, 18 de março de 2022.

Haisheng Shi
Diretor Presidente

Shenglan Yao
Diretora Financeira e de Relações com Investidores